

Reservas para financiar o investimento

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

A economista Maria da Conceição Tavares acredita que as reservas cambiais brasileiras podem ser utilizadas para financiar investimentos públicos e até reduzir o custo de negociação da dívida interna, sem serem necessariamente queimadas.

"As reservas são o único pauzinho em que a gente está se segurando, evitando a hiperinflação. Elas representam o mesmo que o AZT para a AIDS: aumentam a vida e a resistência. Não vamos queimar nosso estoque de AZT", disse ontem entre as ácidas críticas feitas à proposta do deputado federal Delfim Netto (PDS-SP) de utilizar as reservas cambiais para a recuperação das rodovias, em palestra no Instituto de Economia do Setor Público (IESP), na apresentação dos indicadores de janeiro.

A proposta da economista, que chama de "subideia" da de Delfim, é transferir parte das reservas para o Banco do Brasil



Maria da Conceição Tavares

(BB) no exterior. Com esse "funding", o BB financiaria projetos de investimentos públicos a um custo muito mais barato do que o interno. Acredita ainda que a entrada desses recursos mais baratos ajudaria a reduzir o custo de rolagem da dívida interna, influenciando nas taxas requeridas pelos investidores para carregar os títulos públicos.

A vantagem da sua proposta, ressaltou, é que as

reservas não sumiriam, continuariam de posse do governo, através do BB.

Com esse mecanismo, continuou, seria possível ao Banco Central (BC) financiar indiretamente o Tesouro, através do BB, o que se tornou impossível desde a extinção do orçamento monetário.

De toda forma, observou Maria da Conceição Tavares, o recurso pode aliviar o setor público mas não representará uma retomada de investimento, pois isso só ocorrerá com a estabilidade econômica e com o compromisso entre o governo e o setor privado. "Precisamos do ajuste fiscal e, depois do ajuste do setor público, parte a parte", afirmou, manifestando-se otimista ao lembrar que "o Brasil ainda tem muitos ativos, pois foi o país que mais resistiu à ortodoxia. Não queimamos o patrimônio, ao contrário de outros países latino-americanos".

Para ela, a alta de preços de dezembro e começo de janeiro reflete não só o reajuste das tarifas públicas mas também o aumento da margem de ganho das indústrias. "Houve um veranico do consumo. As indústrias resolveram aumentar a produção retirando dinheiro aplicado no mercado financeiro. Para compensar o custo de oportunidade e pela insegurança quanto ao comportamento das vendas, ampliaram a margem."

"MALANDRA"

Para a economista, "a proposta de Delfim é 'malandra'. Ele não quer pagar imposto e quer arrumar dinheiro para as construtoras que financiaram a campanha do Maluf e os exportadores de soja", disse, acrescentando que "teve um ataque de raiva quando soube da proposta", muito semelhante à que Delfim fez em 1979 quando assumiu o Ministério do Planejamento. "A cantilena era a mesma, de retomada do desenvolvimento. Mas ele rapidamente queimou os US\$ 12 bilhões de reservas disponíveis na época. O momento era pior, pois já havia ocorrido o choque do petróleo e

os juros externos estavam altos."

Outra proposta de Maria da Conceição Tavares é utilizar as reservas para reduzir ou alongar a dívida pública interna, com a constituição de um fundo que desse lastro a títulos de longo prazo, conversíveis em dólares, a taxas baixas. Ela admitiu que essa proposta "é ortodoxa demais e esteriliza as reservas."

O economista Arno Meyer, do IESP, lembrou que nem todas as reservas estão disponíveis, pois cerca de US\$ 5 bilhões dos US\$ 19 bilhões existentes no final de dezembro devem ser utilizados para comprar as garantias exigidas no acordo de rolagem da dívida externa pelo Plano Brady.